



**Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**  
fundado em 19 de fevereiro de 1981

Circular nº 105/2023

Brasília (DF), 17 de abril de 2024

Às seções sindicais, secretarias regionais e à(o)s diretores do ANDES-SN

Companheiro(a)s,

Encaminhamos o relatório do Seminário Nacional sobre a História do Movimento Docente e Comissão da Verdade, realizada nos dias 31 de março e 01 de abril de 2023, em Campinas-SP.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof.<sup>a</sup> Maria Regina de Avila Moreira  
Secretária-Geral

**RELATÓRIO DO SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE A HISTÓRIA DO MOVIMENTO  
DOCENTE E COMISSÃO DA VERDADE E DA REUNIÃO DO PLENO DO GTHMD E  
COMISSÃO DA VERDADE**

**Data:** 31/03 e 01/04/2023

**Horário:** das 19h às 21h30

**Local:** Campinas-SP

Participantes diretoria: Luiz Blume, Luís Augusto, Franciele Rebelatto, Milton Pinheiro, José Sávio, Gisvaldo Oliveira e Michele Schultz.

Participantes da base: Edson Teixeira (ADUFF), Ana Livia Adriano (ADUFF), Michele Pereira da Costa (ADUNB), Marinalva Vilar de Lima (ADUFCG), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Cristiano Engelke (APROFURG), Eduardo Enrique Guimarães (ADUFPB), Regina Célia (ADunicamp), Gilberto Calil (ADUNIOESTE), Cristina Amélia de Carvalho (SIND ANDES/UFRGS), Júlio César Emboava Spanó (ADUFPel), Ana Maria Estevão (convidada/UNIFESP), Annie Schmaltz (ADUSP), Sebastião Neto (convidado), Felipe Silveira de Oliveira Malacco (APUBH), Luiz Chorro (Puc-SP), Christian Degache (Fsu-Snesup), Silvia Gatti (ADUNICAMP).

**31/03/2023 – Abertura**

O evento teve início com a fala da professora Silvia Gatti, presidenta da ADunicamp, dando as boas vindas e anunciando uma atração artística sob encargo da violinista Jade. Em seguida foi formada a mesa de abertura, composta pela professora Silvia Gatti (ADunicamp), Milton Pinheiro (Andes-SN/ADUNEB), Michele Schultz (ANDES-SN/Regional-SP) e Eliziane Lobo, representante do Sindicato do(a)s Técnico(a)s Administrativo(a)s (Unicamp).

Em seguida, foi instalada a mesa de debates com a temática do Seminário de História do Movimento Docente: Ditadura, Reparação, Memória e Justiça, coordenada pelo diretor Luís Augusto (ANDES-SN/UFG), tendo a seguinte composição: Ana Maria Estevão (Unifesp), Milton Pinheiro (Uneb e Primeiro vice-presidente do ANDES-SN), e Sebastião Neto (Coordenador do IIEP e do GT do(a)s trabalhadore(a)s na Comissão Nacional da Verdade). Após a exposição de cada convidado(a), seguiu-se uma gama de inscrições com perguntas e depoimentos dos presentes. Ao final das conferências, o(a)s participantes foram convidado(a)s para uma sessão de autógrafos lançamento do

livro da professora Ana Maria Estevão, *Torre das Guerreiras*, encerrando as atividades do primeiro dia.

### **01/04/23 - Manhã**

Às nove horas, iniciou-se os trabalhos com a composição da mesa, coordenada pelo professor Gisvaldo Oliveira, da coordenação do GTHMD, e o professor Luiz Blume, da coordenação do CEDOC, que lançou a Cartilha de boas práticas arquivísticas do ANDES-SN. Em seguida, apresentou o Programa de História Oral do ANDES-SN (em anexo). Após a exposição, ocorreu uma roda de conversa sobre as possibilidades de construção de programas de História Oral nas seções sindicais.

### **01/04/23 – Tarde**

Às catorze horas, teve início a reunião do Pleno do GTHMD - Grupo de Trabalho de História do Movimento Docente e CV - Comissão da Verdade do ANDES. O diretor Luís Augusto Vieira (2º Vice-presidente da Regional Planalto), em nome da coordenação do GTHMD apresentou um balanço das atividades realizadas até o momento para organizar as atividades do GTHMD e da CV, e em seguida abriu para os informes.

A professora Cristina (SSIND ANDES/UFRGS), relatou sobre a publicação referente aos expurgos de docentes e estudantes da UFRGS e o trabalho de revogação dos títulos honoríficos concedidos pela universidade a figuras que colaboraram com a ditadura. Estão trabalhando exposições de todo o material que foi produzido pelo coletivo Memória e Luta, que é formado por professores(a)s de todas as áreas.

O docente Eduardo (ADUFPB) ressaltou que em relação aos processos de assédio e perseguição que o(a)s professores e professoras são submetidos no âmbito universitário, é imperativo que estejam vigilantes quanto às atualizações das ações repressivas adotadas nas instituições.

A professora Marinalva (ADUFCG) relatou a criação de um espaço destinado à organização do acervo.

A docente Regina Célia (ADUNICAMP) informou que embora não haja um GT oficial, há um interesse em sua criação por parte de diversos membros da categoria, incluindo aposentado(a)s, que desejam contribuir para a preservação da memória.

O professor Waldir Bertúlio (ADUFMAT) relatou que foram contratados dois profissionais especializados em arquivística e documentação pela ADUFMAT, que se encontra atualmente na etapa de coleta de documentos.

O professor Gilberto Calil (ADUNIOESTE) afirmou que embora existam poucos documentos físicos na seção sindical, mas há uma grande quantidade de documentos digitais que precisam ser disponibilizados, o que justifica a necessidade da criação de um repositório.

Por sua vez, o professor Edson (ADUFF) informou sobre a concessão do título de Doutora Honoris Causa a uma professora atuante no campo popular da universidade, bem como a publicação de um livro gratuito sobre a luta contra a ditadura empresarial-militar. Além disso, o professor Edson e a professora Ana Lúvia compõem o GTHMD da ADUFF.

O professor Julio Spanó (ADUFPEL) relatou a dificuldade de organizar a documentação da Seção Sindical da UFPEL, pois praticamente não há registros disponíveis.

A docente Michele (ADUNB), relata que estão retomando a ativação do GTHMD e realizando a organização dos arquivos da referida associação. Além disso, destaca a importância de um repositório digital que possibilite o acesso e a localização de conteúdos relevantes em seus portais.

O diretor Gisvaldo (ANDES-SN/ADCESPI), afirmou que embora não haja um Grupo de Trabalho (GT) específico para o tema, há debates em andamento acerca da necessidade de criá-lo.

Cristiano (ANDES-SN/APROFURG), informou que estão retomando a ativação do GT de História, Memória e Verdade (GTHMD) e que a Comissão da Verdade (CV) já está em funcionamento. Ele ainda relatou que tem promovido exposições e debates sobre o tema da ditadura junto à comunidade, além de ter reiniciado a distribuição de uma revista em quadrinhos produzida anteriormente.

O professor José Sávio (ANDES-SN/ADUFAC) relatou o trabalho realizado por uma comissão, da qual ele fazia parte, no âmbito do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (CFCH-UFAC), proposta pelo professor Francisco Bento. Essa comissão teve como objetivo fazer um levantamento das homenagens prestadas a(o)s colaboradores da ditadura, cujos nomes atualmente dão nome a prédios e logradouros da UFAC. Em parceria com o Ministério Público Federal (MPF), foi elaborada uma recomendação oficial para a reitoria da universidade providenciar a troca desses nomes.

A docente Francieli (ANDES-SN/SESUNILA), relatou a retomada da avenida em Foz do Iguaçu-PR que havia sido utilizado como acampamento por bolsonaristas e mencionou a organização de grupos de luta para manter o debate em torno da criação do GT.

O professor Luís Augusto (ANDES-SN/UFG) apresentou os cinco que foram considerados como desdobramentos das deliberações tomadas pontos que entendemos como desdobramentos das deliberações desde o 36º Congresso.

O docente Eduardo (ADUFPB) relatou a situação atual do interventor na Universidade Federal da Paraíba.

A professora Cristina (SSIND ANDES/UFRGS) comentou sobre a situação de sua instituição sob intervenção e as dificuldades que isso acarreta.

O professor Cristiano (APROFURG), sugeriu que os arquivos e materiais produzidos sejam utilizados para fazer chamadas para novas sindicalizações, além de propor uma atividade envolvendo os GT's GTPFS, GTCA e GTHMD.

Por sua vez, o professor Spanó (ADUFPel), – sugere excluir a lista tríplice da forma da eleição para reitor.

O docente Luiz Blume (ANDES-SN) expressa sua perspectiva de criação de uma política de memória para o ANDES-SN, em articulação com as AD's, para que seja efetivamente implementada. Posteriormente, foram elaborados encaminhamentos baseados nas deliberações de Congressos e CONAD's, bem como nas sugestões apresentadas.

### **Encaminhamentos:**

Foram apresentadas as resoluções do 41º Congresso que foram discutidas nos grupos mistos, mas não foram debatidas na plenária do Tema III.

A orientação política para a atuação do ANDES, a partir dos debates na reunião do pleno do GTHMD e CV, foram as seguintes:

1. Que as seções sindicais avancem na orientação da organização de respectivo(a)s GTHMD, de Comissão da Verdade e, quando possível, na conformação de centros próprios de documentação, com o objetivo de fortalecermos nacionalmente nossa luta pela memória, verdade, justiça e reparação.
2. Promover uma campanha nacional pela revogação dos decretos e portarias do governo Jair Bolsonaro que criam obstáculos à investigação sobre os crimes cometidos em seu governo e enfraquecem a Comissão Nacional de Anistia (Lei n.º 10.559/2002), a Comissão Nacional da Verdade e Reparação (Lei n.º 12.528/2011) e a Comissão Especial sobre Morto(a)s e Desaparecido(a)s Políticos (Lei n.º 9.140/1995).

3. Cobrar a reinstalação da comissão da Anistia e execução das recomendações apontadas no Relatório Final da CNV;
4. Fazer gestões junto ao Congresso Nacional para retomar o Fórum Nacional de Direitos Humanos, para influir nas políticas de memória, reparação, verdade e justiça, aprovados no III Plano Nacional Direitos Humanos;
5. “Revogaço” das normas, regimentos, decretos, internos das IES que remetam ao entulho autoritário da ditadura empresarial-militar; para isso, criar uma Campanha pelo “revogaço”, retomando os itens aprovados no 36º Congresso:
  1. ampliar o foco do trabalho da comissão da verdade do ANDES-SN para o pós-1985, tendo como um dos elementos centrais investigar a permanência de leis, de decretos, de ações e de práticas governamentais que contribuam para a continuidade/permanência da legislação autoritária e policialesca;
  2. identificar resoluções, decretos e documentos internos das universidades que atingiram os três segmentos e que impactavam na liberdade e autonomia universitária evidenciando os instrumentos jurídicos em vigor;
  3. mapear e denunciar na estrutura jurídico-administrativa das IES, e fazer a denúncia, dos instrumentos repressivos da ditadura que permanecem regulando a vida acadêmica, localizando em quais instâncias da universidade a legislação autoritária continua normatizando o ambiente acadêmico;
  4. Fim da lista tríplice, com eleições universais, ou no mínimo paritárias para reitor(a) e vice-reitor(a); para tanto, divulgar e defender o PL apresentado pelo ANDES-SN que define as eleições das IES;
  5. Lutar pela revogação dos títulos honoríficos concedidos a personalidades que colaboraram e participaram da ditadura empresarial-militar;
6. Continuar o programa Memória Viva do ANDES-SN com entrevistas de docentes e funcionário(a)s que fazem parte da história do Sindicato.
7. Dar continuidade ao Programa de História Oral do ANDES-SN, com apoio das seções sindicais.
8. Promover ações que visem a sensibilização das seções sindicais para a promoção de boas práticas de arquivo, contribuindo para a organização e preservação da memória do ANDES-SN e das seções sindicais, tendo como referência inicial a publicação “Manual de boas práticas de arquivo” do CEDOC Prof. Osvaldo de Oliveira Maciel, para criarmos um sistema de arquivos do ANDES-SN e das Secretarias Regionais.

9. Que seja estimulado, no âmbito das seções sindicais, a organização do GTHMD e de Comissões da Verdade.
10. O ANDES-SN reivindique a apuração, processo e punição de Jair Bolsonaro, seus familiares e demais partícipes no governo neofascista por atos praticados na gestão da pandemia, na promoção do genocídio e genocídio de populações negras e indígenas.
  1. Que essa luta se estenda para os estados e município contra a criminalização e extermínio da população negra e periférica;
  2. O ANDES-SN reivindique a apuração, processo e responsabilização política e jurídica de Jair Bolsonaro, seus familiares e demais partícipes no governo neofascista por atos praticados na gestão da pandemia, na promoção de uma política ecocida e genocida de populações indígenas e de criminalização e extermínio de populações negras e periféricas. E que essa luta se estenda para os estados e municípios.

### **Encaminhamento de ações políticas**

1. Divulgar para as Seções Sindicais os processos de revogação dos títulos honoris causa, como é o caso dos processos da UFGRS, UNICAMP e UFRJ para estimular que seja reproduzido em outras seções sindicais.
2. Promover ações de comunicação para a divulgação destes processos.
3. Divulgar os Repositórios digitais sobre a repressão das seções sindicais, onde houver, para ser acessado o mais amplamente possível.
4. Realizar levantamento de pessoas das universidades nos novos casos da anistia que estão sendo revistos.
5. Organizar uma reunião com a Comissão Nacional de Anistia.
6. Construir uma política de memória do ANDES-SN com parâmetros de arquivamento, registro, preservação e divulgação.
7. Que as regionais, conjuntamente com as seções sindicais promovam ações itinerantes como rodas de conversa, saraus, “contação de história do movimento docente” com convidado(a)s para relatos de experiência.

### **ANEXOS:**

- 1- Lista de presença
2. Programa de História Oral do ANDES- slides